

Processo Seletivo para o provimento de vagas nos Cursos de Especialização, em nível de Pós-Graduação *Lato Sensu* da FESMPDFT – 2º Semestre de 2022

DIREITO PENAL

01. Ensina Maria Cristina Castilho Costa: “A própria sociedade foi concebida como um organismo constituído de partes integradas e coesas que funcionavam harmonicamente, segundo um modelo físico ou mecânico.” (COSTA, Maria Cristina Castilho. Sociologia. Introdução à Ciência da Sociedade. São Paulo: Moderna, 1987, p.43.). Esse comentário trata do

- a) finalismo.
- b) causalismo neoclássico.
- c) funcionalismo.
- d) positivismo.

02. “Em tal teoria do crime, a culpabilidade é classificada como normativo-psicológica”: essa afirmação constitui característica da teoria

- a) significativa da ação.
- b) causal neoclássica.
- c) funcionalista.
- d) finalista.

03. “Nesse sistema, está presente uma dupla valoração do dolo e da culpa”: essa afirmação constitui característica da teoria

- a) social da ação.
- b) significativa da ação.
- c) finalista.
- d) causal neoclássica.

04. “A causa deve ser compreendida como suficiente e necessária nas circunstâncias para os seus efeitos”: essa afirmação constitui característica da teoria da

- a) equivalência dos antecedentes causais.
- b) condição INUS.
- c) causalidade adequada.
- d) condição proporcional.

05. Constituem princípios usados para a solução do conflito aparente de normas:

- a) especialidade e legalidade
- b) especialidade e alternatividade
- c) consunção e legalidade
- d) alternatividade e intervenção mínima

06. No modelo finalista, a culpa

- a) está na culpabilidade.
- b) integra a punibilidade.
- c) faz parte da conduta.
- d) não exige previsibilidade objetiva.

07. Com relação à prescrição, o menor prazo de prescrição obtido da conjugação das disposições previstas nos arts.109 e 115 do Código Penal brasileiro é de

- a) um ano e seis meses.
 - b) dois anos.
 - c) um ano.
 - d) três anos.
-

Processo Seletivo para o provimento de vagas nos Cursos de Especialização, em nível de Pós-Graduação *Lato Sensu* da FESMPDFT – 2º Semestre de 2022

08. No tocante ao furto com repouso noturno, é correto afirmar que, atualmente,

- a) não convive com a qualificadora, segundo a posição recente do STJ.
- b) o repouso noturno (causa de aumento de pena) convive com a qualificadora, segundo a posição pacífica da 5ª e da 6ª Turma do STJ.
- c) não pode ser aplicado quando o furto é cometido em local desabitado.
- d) não convive com o furto privilegiado.

09. O motivo fútil não constitui

- a) qualificadora no homicídio.
- b) agravante na lesão corporal.
- c) privilégio no roubo.
- d) agravante no furto.

10. A expressão funcionário público constitui

- a) uma elementar normativa.
- b) atenuante dos crimes funcionais.
- c) qualificadora dos crimes funcionais.
- d) qualificadora do crime de homicídio.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

11. Sobre as nulidades no processo penal, assinale a opção correta.

- a) O juiz deve, de ofício, reconhecer sua incompetência, ainda que se trate de competência territorial.
- b) As nulidades ocorridas no curso da sessão de julgamento no plenário do tribunal do júri devem ser arguidas no momento em que ocorrerem, salvo se o presidente não determinar o registro dessa indicação na ata da sessão.
- c) As irregularidades e omissões da queixa ou da denúncia poderão ser supridas desde que isso seja feito até o início da audiência de instrução.
- d) Ao declarar a nulidade de ato processual, o juiz deverá observar a determinação do tribunal respectivo para que se saiba a que atos se estende o reconhecimento dessa nulidade.

12. Sobre as medidas cautelares pessoais no processo penal, assinale a opção INCORRETA.

- a) Não se aproveita como fundamentação da decisão que decreta prisão processual o uso de conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso.
- b) A decisão sobre prisão preventiva deve ser sempre fundamentada, salvo se denegatória do pedido de prisão.
- c) A chamada contemporaneidade das medidas cautelares pessoais, inclusive a prisão, consiste na exigência de indicação concreta de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida.
- d) Se determinada a prisão processual em processo de competência originária de tribunal, em razão do foro por prerrogativa de função do acusado, não se aplica a exigência de revisibilidade periódica da necessidade da prisão a cada 90 dias.

13. Sobre os recursos no processo penal, assinale a opção correta.

- a) Se o recurso traz alegação cujo provimento venha a ser favorável ao acusado, não se admite que a defesa dele possa desistir.
- b) O membro do Ministério Público que retorna de afastamento legal e, no exercício regular de sua atribuição, se depara com a interposição de recurso de apelação cujo matéria de irresignação não seja de concordância, poderá,

Processo Seletivo para o provimento de vagas nos Cursos de Especialização, em nível de Pós-Graduação *Lato Sensu* da FESMPDFT – 2º Semestre de 2022

fundamentadamente, desistir do recurso interposto pelo membro que anteriormente lhe substituiu e interpusera o recurso.

- c) O tribunal, na apreciação do recurso de apelação, fica obrigado a observar todas as exigências da sentença absolutória ou condenatória, caso venha a absolver ou condenar, respectivamente, o acusado em sede de recurso.
- d) Se uma mesma decisão veicula matéria que desafia recurso em sentido estrito e apelação, incumbe à parte interpor ambos os recursos, sob pena de não se admitir o recurso que seja apresentado parcialmente contra a decisão.

14. Sobre competência no processo penal, assinale a opção INCORRETA.

- a) No crime de estelionato praticado mediante depósito, mediante emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado ou com o pagamento frustrado ou mediante transferência de valores, a competência será definida pelo local do domicílio da vítima.
- b) No crime de latrocínio, se verificado que o acusado, para subtrair para si o bem da vítima, agiu com intenção de matar, a competência para processar e julgar o fato será do tribunal do júri.
- c) No homicídio, a competência será do local da ação homicida, e não do resultado morte.
- d) Nos crimes de ação penal exclusiva, isto é, nos crimes cuja titularidade seja exclusiva do ofendido para aforar a ação penal, o ofendido poderá escolher entre o lugar da infração e o lugar de residência ou domicílio do querelado.

15. Ainda sobre a competência no processo penal, assinale a opção INCORRETA.

- a) Em caso de conexão, a fixação do juízo prevalente implica a prorrogação da competência para processar e julgar o fato que, não fosse a incidência do instituto, seria da competência de outro juízo.
- b) Na conexão, impõe-se o reconhecimento da competência do juízo prevalente, mas não há óbice a que, fundamentadamente, indicando motivo relevante e conveniência para tanto, o juiz possa determinar o desmembramento do feito.
- c) Se, no curso da investigação ou do processo, tem-se conhecimento de fato conexo que envolva detentor do foro por prerrogativa de função, impõe-se a declinatória de competência em favor do juízo prevalente, no caso, o juízo de hierarquia superior.
- d) Na conexão, caso o juiz venha a proferir sentença absolutória do fato que ensejou a atração e prevalência do juízo, deverá declinar de sua competência para julgamento do crime conexo.

16. Sobre as questões e processos incidentes no Código de Processo Penal, assinale a opção INCORRETA.

- a) O Código de Processo Penal assegura legitimação ao Ministério Público, na esfera cível, para promover ação dirigida à solução de controvérsia sobre estado das pessoas que configure questão prejudicial de processo criminal.
 - b) O juiz fica obrigado a determinar a suspensão da marcha processual quando verificar a pendência de questão prejudicial a ser resolvida no juízo cível, ainda que a matéria não envolva unicamente estado civil das pessoas.
 - c) É irrekorível a decisão que nega pedido de suspensão do curso processual em razão de questão prejudicial.
 - d) É cabível o manejo de recurso em sentido estrito contra a decisão que ordenar a suspensão do curso processual em virtude de questão prejudicial.
-

Processo Seletivo para o provimento de vagas nos Cursos de Especialização, em nível de Pós-Graduação *Lato Sensu* da FESMPDFT – 2º Semestre de 2022

17. Sobre a ação penal, assinale a opção INCORRETA.

- a) Nos crimes de ação penal privada exclusiva, não se admitirá a interposição de recurso pelo Ministério Público, com vistas à reforma da sentença absolutória e condenação do acusado, se o querelante renunciar ao direito de recorrer.
- b) No crime de ação penal privada exclusiva, não é dado ao juiz, verificando a ausência de correlação entre o fato imputado e a prova produzida no curso do processo, no momento da sentença, facultar ao autor o aditamento da acusação.
- c) Na queixa subsidiária em crime de ação penal privada, a ausência de pedido expresse de condenação em alegações finais não implicará perempção.
- d) A retratação da representação do ofendido, nos crimes de ação pública condicionada, poderá ser deduzida até o juízo de admissibilidade da ação penal.

18. Sobre a investigação preliminar, assinale a opção correta.

- a) A instauração de inquérito, em crime de ação penal exclusiva, demanda manifestação de vontade do ofendido dirigida à apuração do fato de que foi vítima, inclusive para a formalização do auto de prisão em flagrante.
- b) Para o desarquivamento do inquérito policial, basta a notícia de nova prova.
- c) Para a admissibilidade de ação penal por fato que já foi objeto de inquérito arquivado, exige-se a prévia autorização do tribunal respectivo.
- d) O desarquivamento da investigação em razão de notícia de nova prova prescinde de decisão judicial: basta que a determinação de arquivamento não tenha concluído pela atipicidade de conduta ou reconhecido a extinção da punibilidade do fato noticiado.

19. Sobre as provas no processo penal, assinale a opção INCORRETA.

- a) A indicação de defeito ou circunstância que torne a testemunha suspeita não implica o afastamento do compromisso.
- b) Na inquirição das testemunhas, o juiz poderá iniciar as perguntas, caso fundamentadamente indique a especial gravidade do fato.
- c) A mãe do acusado, caso se recuse a declarar em juízo, poderá ser obrigada a fazê-lo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias.
- d) O juiz não poderá proferir sentença condenatória que tome por base exclusivamente os elementos produzidos no curso da investigação preliminar.

20. Sobre a sentença, assinale a opção INCORRETA.

- a) Na prolação de sentença condenatória, incumbe ao juiz definir o destino das coisas apreendidas e vinculadas ao processo.
- b) Na prolação de sentença absolutória, o juiz determinará a cessação de eventuais medidas cautelares pessoais impostas ao acusado, independentemente de manejo de recurso do Ministério Público contra a absolvição.
- c) Em caso de condenação, o juiz poderá corrigir a classificação legal inicialmente atribuída na peça acusatória, ainda que isso implique o reconhecimento de crime com previsão de pena mais grave.
- d) É vedado ao juiz proferir sentença condenatória, caso o Ministério Público, em suas alegações finais, tenha-se manifestado pela absolvição do acusado.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. De acordo com a doutrina dominante e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, as condições da ação devem ser verificadas em tese, a partir das afirmações feitas pelo autor na petição inicial. Esse entendimento revela a adoção da teoria

- a) da substanciação.

Processo Seletivo para o provimento de vagas nos Cursos de Especialização,
em nível de Pós-Graduação *Lato Sensu* da FESMPDFT – 2º Semestre de 2022

- b) eclética.
 - c) da asserção.
 - d) da individualização.
-

22. Considere as assertivas que se seguem.

I – Como regra geral, as ações de divórcio e separação judicial devem ser propostas no foro da residência da mulher.

II – O foro de domicílio da vítima de violência doméstica e familiar é competente para a ação de divórcio, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável.

III – Para as ações fundadas em direito de propriedade sobre bem imóvel, o autor pode optar entre o foro da situação da coisa e o de domicílio do réu.

IV – O despacho do juiz que determina a citação não torna prevento o juízo.

Estão corretas apenas as afirmações

- a) II e IV.
 - b) I e II.
 - c) III e IV.
 - d) I e III.
-

23. Considere as seguintes assertivas.

I – O juiz pode limitar o litisconsórcio facultativo ou o necessário, a fim de preservar o exercício do direito de defesa e a celeridade do processo.

II – A sentença de mérito, quando proferida sem a citação de litisconsorte necessário, será nula apenas nos casos de litisconsórcio necessário.

III – O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, independentemente do regime de bens do casamento.

IV – No litisconsórcio unitário, o recurso interposto por um dos litisconsortes pode beneficiar aquele que não recorreu.

Estão corretas as afirmações

- a) I, III e IV.
 - b) I, II e III.
 - c) II e IV apenas.
 - d) I e III apenas.
-

24. Assinale a opção correta sobre intervenção de terceiros.

- a) A assistência não pode ocorrer após a sentença.
 - b) Se a parte não promover a denúncia da lide no momento oportuno, perderá o direito de regresso oriundo da ocorrência de evicção.
 - c) Procedente o pedido da ação principal, o autor não pode requerer o cumprimento da sentença também contra o denunciado pelo réu, pois não tem com ele qualquer relação de direito material.
 - d) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica pode ser instaurado em segundo grau de jurisdição, durante a tramitação de uma apelação.
-

25. Assinale a opção INCORRETA tendo como referência o direito processual civil.

- a) Os embargos de declaração possuem efeito interruptivo e impedem a efetivação da decisão embargada enquanto não forem julgados pelo órgão competente.
- b) Quando a sentença for confirmada no julgamento da apelação, deverá ser observada a técnica de ampliação da colegialidade.

Processo Seletivo para o provimento de vagas nos Cursos de Especialização, em nível de Pós-Graduação *Lato Sensu* da FESMPDFT – 2º Semestre de 2022

- c) O Código de Processo Civil admite, expressamente, o prequestionamento ficto das questões federais e constitucionais para efeito de interposição de recursos excepcionais.
- d) O recurso adesivo não será conhecido se o recurso principal for considerado intempestivo.

26. Assinale a opção correta sobre direito probatório.

- a) Os meios de prova não previstos expressamente no ordenamento jurídico são considerados ilícitos.
- b) De acordo com o entendimento do STJ, o juiz não pode determinar a produção de prova de ofício, sob pena de violar o dever de imparcialidade e o princípio da isonomia.
- c) É possível a produção de uma prova independentemente de urgência e de sua utilização em futuro processo judicial, quando o conhecimento do fato a ser provado puder evitar o ajuizamento de uma ação.
- d) A distribuição dinâmica do ônus da prova é admissível apenas nos processos que envolvem relações de consumo.

27. Assinale a opção correta a respeito de execução.

- a) O benefício de parcelamento do débito é direito subjetivo do devedor nos processos de execução de título judicial e nos cumprimentos de sentença, desde que requerido no momento oportuno.
- b) O credor que dispõe de título executivo extrajudicial não pode promover ação de conhecimento em razão da falta de interesse processual.
- c) Sentença declaratória que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia é título executivo judicial.
- d) A alienação de bem em fraude à execução acarreta a anulação do negócio fraudulento.

DIREITO CIVIL

28. Manoel, argentino e domiciliado no Brasil, viaja a Istambul (Turquia) de férias. Sofre um acidente e morre. Era solteiro e tinha, como únicos parentes vivos, três irmãos: um argentino (domiciliado na Argentina), um brasileiro (domiciliado no Brasil) e um turco (domiciliado na Turquia). À luz da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, nesse caso, quanto à sucessão *causa mortis*,

- a) aplica-se a lei argentina, por ser a lei da nacionalidade de Manoel.
- b) aplica-se a lei turca por ser a do local do óbito.
- c) aplica-se a lei brasileira, salvo se a lei turca for mais favorável ao único irmão brasileiro de Manoel, hipótese em que se aplicará a lei turca em favor desse irmão quanto aos bens situados no Brasil.
- d) a verificação da capacidade de cada herdeiro para suceder será feita de acordo com a lei do país de domicílio de cada herdeiro.

29. À luz da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a opção correta.

- a) Viola a ordem pública e, por isso, não é admitida a cobrança judicial no Brasil de contrato de jogos celebrado em cassinos no exterior.
- b) Destinando-se a obrigação a ser executada no Brasil e dependendo de forma essencial, será esta observada, admitidas as peculiaridades da lei estrangeira quanto aos requisitos extrínsecos do ato.
- c) A revisão, na esfera administrativa, na controladora ou na judicial, quanto à validade de ato cuja produção já se houver completado, poderá ser realizada de acordo com

Processo Seletivo para o provimento de vagas nos Cursos de Especialização, em nível de Pós-Graduação *Lato Sensu* da FESMPDFT – 2º Semestre de 2022

-
- as novas orientações gerais do momento da revisão, caso em que necessariamente serão declaradas inválidas situações constituídas anteriormente de forma irregular.
- d) Para a eliminação de irregularidade, poderá ser firmado compromisso com os interessados, sendo possível como resultado do acordo a desoneração permanente de dever, desde que reconhecido por orientação geral, bem como realizada previamente audiência pública como condição de validade do ajuste.

30. João desapareceu sem deixar notícias. Sua esposa e seus filhos estão preocupados e estão tentando encontrá-lo. O problema é que o dinheiro de sustento da família ficava em uma conta bancária que era acessada apenas por João. E havia também um imóvel pertencente a João que estava alugado. Nesse contexto, assinale a opção correta.

- a) Nada a esposa e os filhos poderão fazer para administrar o dinheiro que está na conta bancária ou administrar o contrato de aluguel, salvo se for constatado que João está morto.
- b) A esposa poderá pleitear a decretação da morte presumida de João logo após o fim das buscas.
- c) Decretada a ausência de João, poder-se-á abrir a sucessão definitiva após 6 meses do desaparecimento.
- d) Se João tivesse 80 anos de idade quando do desaparecimento, seria cabível a decretação de sua morte presumida, com a consequente abertura da sucessão definitiva, se já tiverem transcorrido 5 anos do seu desaparecimento.

31. O Código Civil, para resguardar a autonomia patrimonial das pessoas jurídicas em casos de desconconsideração, prescreve que

- a) constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.
- b) a mera existência de grupo econômico sem a presença dos requisitos de desvio de finalidade ou confusão patrimonial autoriza a desconconsideração da personalidade da pessoa jurídica.
- c) desvio de finalidade, para efeito de aplicação da desconconsideração da personalidade jurídica, é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.
- d) existe confusão patrimonial quando não há separação de fato entre os patrimônios da pessoa jurídica e dos sócios, como a transferência de ativos sem efetivas contraprestações, inclusive os de valor proporcionalmente insignificante.

32. Cléverson queria doar um de seus terrenos a seu sobrinho João, mas sabia que sua esposa Delma não concordaria com isso. Assim, doou o terreno para seu amigo Cleber que, após alguns meses, repassou o imóvel a João, conforme previamente acertado entre Cléverson e Cleber. Nesse caso, ocorreu

- a) dolo.
- b) fraude contra credores.
- c) lesão.
- d) simulação.

33. Assinale a opção correta em matéria de responsabilidade civil.

- a) Assalto à mão armada em transporte coletivo não exime o transportador do dever de indenizar os consumidores que foram vítimas do fato.
- b) No caso de responsabilidade objetiva, o caso fortuito interno pode excluir o dever de indenizar.

Processo Seletivo para o provimento de vagas nos Cursos de Especialização, em nível de Pós-Graduação *Lato Sensu* da FESMPDFT – 2º Semestre de 2022

- c) O Estado responde subsidiariamente por danos causados pelos notários e registradores.
- d) Para a comprovação do nexo causal, a teoria adotada foi a da equivalência das condições, também chamada de teoria da *conditio sine qua non*.

34. A perda do bem adquirido em contrato oneroso, em função de sentença que atribui a titularidade deste a terceiro, acarreta

- a) vício redibitório.
- b) vício do produto.
- c) evicção.
- d) exceção de contrato não cumprido

35. Assinale a opção correta no âmbito do direito civil.

- a) A regra geral é a de que os direitos reais de garantia são caracterizados pela indivisibilidade.
- b) O pacto comissório é admitido nos direitos reais de garantia.
- c) Como regra geral, é válida a cláusula que proíbe a alienação de imóvel hipotecado.
- d) A renovação da especialização da hipoteca deve ocorrer a cada 10 anos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

36. Maria, emérita professora de Direito Constitucional, foi consultada por um de seus alunos sobre a possibilidade de um Estado-membro da Federação legislar sobre matéria de competência legislativa privativa da União. Maria respondeu corretamente que a dúvida suscitada pelo seu aluno exige uma resposta

- a) negativa, pois em nenhuma hipótese um ente federativo pode exercer as competências constitucionais outorgadas a outro.
- b) positiva, desde que tenha ocorrido omissão da União, cessando a eficácia da lei estadual tão logo sobrevenha a lei da federal.
- c) positiva, desde que o Congresso Nacional edite lei complementar autorizando o estado a legislar a respeito de questões específicas das referidas matérias.
- d) positiva, desde que tenha sido aprovada emenda à Constituição da República de 1988, dispondo sobre o exercício temporário, pelo estado, de competência legislativa privativa da União.

37. O Partido Político WW, que contava com representantes apenas na Câmara dos Deputados, ajuizou, perante o Supremo Tribunal Federal (STF), Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), que tinha como objeto a Lei n. XX, do Estado Beta. O Partido argumentou que esse diploma normativo teria afrontado determinadas normas programáticas da Constituição da República de 1988, as quais, inclusive, tinham sido reproduzidas na Constituição do Estado Beta. Considerando a sistemática estabelecida na Constituição da República, é correto afirmar que essa narrativa

- a) não apresenta qualquer incorreção, sendo possível que o STF conheça da ADI.
 - b) apresenta uma única incorreção, consistente na ilegitimidade do Partido Político WW para o ajuizamento da ADI.
 - c) não apresenta incorreção, mas o processo no STF deve permanecer suspenso até que a compatibilidade da Lei n. XX com a Constituição de Beta seja decidida no plano local.
 - d) apresenta uma única incorreção, consistente na impossibilidade de o STF conhecer a ADI, isto em razão da incompatibilidade da Lei n. XX com a Constituição de Beta.
-

Processo Seletivo para o provimento de vagas nos Cursos de Especialização, em nível de Pós-Graduação Lato Sensu da FESMPDFT – 2º Semestre de 2022

38. Após ampla mobilização popular, a Assembleia Legislativa do estado Alfa promulgou a Emenda n. XX à Constituição do estado, dispondo que os serviços de transporte coletivo local, prestados no âmbito dos municípios situados em seu território, deveriam ser ofertados, nos finais de semana e feriados, em caráter contínuo, conforme horários definidos, em ato motivado do Poder Executivo estadual. O objetivo alegado era o de assegurar o pleno deslocamento de todos os interessados, diminuindo, com isso, a circulação de veículos privados, com a correlata preservação do meio ambiente. À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República de 1988, é correto afirmar que a Emenda n. XX é

- a) constitucional, desde que tenham sido observadas, por simetria, as disposições sobre a matéria veiculadas na Constituição da República.
- b) constitucional, pois o estado Alfa tem competência para disciplinar, em sua ordem constitucional, os serviços públicos prestados em seu território.
- c) constitucional, pois os estados e o Distrito Federal possuem competência legislativa concorrente com a União para legislar sobre proteção do meio ambiente.
- d) inconstitucional, pois o estado Alfa não pode disciplinar, em sua ordem constitucional, a oferta de serviços de competência de outros entes federativos.

39. O estado Alfa criou a empresa pública XX, que explorava o serviço local de gás canalizado. Com o objetivo de assegurar o seu equilíbrio financeiro, o estado lhe concedeu alguns benefícios fiscais. Irrresignada com esse estado de coisas, a sociedade empresária WW consultou seu advogado a respeito da compatibilidade desse proceder com a ordem constitucional. O advogado respondeu corretamente que o proceder do estado era

- a) constitucional, pois a empresa pública XX é prestadora de serviços públicos, logo pode gozar de privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado.
- b) inconstitucional, já que a empresa pública XX não poderia gozar de nenhum benefício fiscal que não fosse extensivo às empresas do setor privado, a exemplo de WW.
- c) constitucional, pois todos os entes da administração pública indireta, com personalidade jurídica de direito público ou de direito privado, podem gozar de privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado.
- d) inconstitucional, pois o estado não pode explorar o serviço local de gás canalizado, por ser de competência municipal, e muito menos conceder privilégios fiscais a um ente com personalidade jurídica de direito privado.

40. O governador do estado Alfa consultou sua assessoria a respeito da possibilidade de encaminhar uma proposição à Assembleia Legislativa visando à alteração da Lei Orgânica do Ministério Público do respectivo estado. A assessoria respondeu corretamente que o governador do estado

- a) está legitimado, juntamente com o procurador-geral de Justiça, para apresentar o projeto de lei complementar, que deve se harmonizar às normas gerais veiculadas na lei complementar nacional.
- b) está legitimado, juntamente com o procurador-geral de Justiça, para apresentar o projeto de lei complementar, que deve se harmonizar às normas gerais veiculadas na lei ordinária nacional.
- c) não está legitimado, de modo que apenas o procurador-geral de Justiça pode apresentar o projeto de lei complementar, que deve se harmonizar às normas gerais veiculadas na lei ordinária nacional.

Processo Seletivo para o provimento de vagas nos Cursos de Especialização, em nível de Pós-Graduação *Lato Sensu* da FESMPDFT – 2º Semestre de 2022

- d) está legitimado, juntamente com o procurador-geral de Justiça, para apresentar o projeto de lei ordinária, que deve se harmonizar às normas gerais veiculadas na lei complementar nacional.

GABARITO OFICIAL

DIREITO PENAL

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
a	a	a	a	a	a	a	a	a	a
b	b	b	b	b	b	b	b	b	b
c	c	c	c	c	c	c	c	c	c
d	d	d	d	d	d	d	d	d	d

DIREITO PROCESSUAL PENAL

11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
a	a	a	a	a	a	a	a	a	a
b	b	b	b	b	b	b	b	b	b
c	c	c	c	c	c	c	c	c	c
d	d	d	d	d	d	d	d	d	d

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21	22	23	24	25	26	27
a	a	a	a	a	a	a
b	b	b	b	b	b	b
c	c	c	c	c	c	c
d	d	d	d	d	d	d

DIREITO CIVIL

28	29	30	31	32	33	34	35
a	a	a	a	a	a	a	a
b	b	b	b	b	b	b	b
c	c	c	c	c	c	c	c
d	d	d	d	d	d	d	d

DIREITO CONSTITUCIONAL

36	37	38	39	40
a	a	a	a	a
b	b	b	b	b
c	c	c	c	c
d	d	d	d	d